



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

LEI Nº 2500
DE 11 DE MARÇO DE 2022.

“Institui a Contribuição Voluntária para Serviços de Bombeiros, cria o Fundo de Apoio aos Bombeiros - FAB”.

PAULO KENJI SASAKI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições legais e nos termos dos artigos 2º, 6º e 40º do Decreto-lei Federal nº 3.365, de junho de 1.941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1.956.

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Contribuição Voluntária para Serviços de Bombeiros a ser destinada para serviços da Unidade Operacional do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar no Município de Ibiúna.

Parágrafo único- Entende-se, para fins desta Lei, que os serviços prestados pela Unidade Operacional do Corpo de Bombeiros, de acordo com o convênio celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o Município, são os seguintes:

I - prevenção de incêndios com análise e aprovação de projetos e respectiva vistoria final dos imóveis e estabelecimentos, observando-se as leis municipais que regem a matéria;

II - extinção de incêndios;

III - busca e salvamento;

IV - proteção em incêndios e salvamentos;

V - aprovação de projetos de proteção contra incêndios

VI - fiscalização das normas de prevenção;

VII - ações em calamidades públicas;

VIII - socorros diversos; e

IX - serviços policiais extraordinários, em situação de anormalidade, a juízo do comando geral da polícia militar, e mediante emprego dos meios próprios de combate ao fogo e de busca e salvamento.

Art. 2º A contribuição prevista no art. 1º desta Lei poderá ser arrecadada em prestação única por meio de boleto bancário específico inserto no carnê de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Parágrafo único - O valor que comporá o boleto a que se refere o caput deste artigo poderá ser definido por ato do Secretário de Controle e Arrecadação, mediante deliberação e solicitação do Conselho Gestor do Fundo de Apoio aos Bombeiros - FAB, criado na forma do art. 3º desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

Art. 3º - Fica criado o Fundo de Apoio aos Bombeiros - FAB, vinculado à Secretaria de Governo, cujos recursos serão destinados às seguintes finalidades:

I - Despesas com aquisição ou fornecimento de materiais e serviços, necessários ao desempenho das atividades de bombeiros, visando o desenvolvimento da prevenção e combate a incêndio, salvamentos e demais serviços afetos a esta entidade;

II - Aquisição de equipamentos de proteção, aquisição e instalação de hidrantes e suas conexões à rede de distribuição de água; e

III - participação dos bombeiros em cursos, treinamentos e eventos de intercâmbio, especialização e aperfeiçoamento, despesas com serviços de terceiros e outros serviços e encargos, bem como custos de sua própria gestão.

Art. 4º - As receitas do Fundo de Apoio aos Bombeiros - FAB serão constituídas de:

I - auxílios, subvenções ou doações de instituições públicas e privadas;

II - receita integralmente arrecadada pela Contribuição Voluntária para Serviços de Bombeiros;

III - recursos decorrentes de alienações de bens, viaturas, equipamentos e materiais considerados inservíveis ou obsoletos, de patrimônio do Município, em uso na Unidade Operacional do Corpo de Bombeiros;

IV - recursos advindos da coparticipação de outros municípios limítrofes ou não, ajustados em convênio que regule a prestação de serviços do Corpo de Bombeiros em ocorrências e eventos fora de seu limite territorial, bem como a premissa de utilização dos serviços postos à disposição;

V - juros bancários e rendas do capital provenientes da imobilização ou aplicação de recursos do FAB;

VI - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos; e;

VII - quaisquer outras rendas relacionadas com as atividades do Corpo de Bombeiros de Ibiúna, tais como oriundas de Termos de Ajuste de Conduta.

Parágrafo único - O Fundo de Apoio aos Bombeiros - FAB obedecerá a Lei Orçamentária Anual, a Lei Orgânica do Município e demais normas em vigor.

Art. 5º - Os recursos constituídos no FAB serão obrigatoriamente depositados em instituição financeira oficial em conta especial que será gerida por um Conselho Gestor composto por:

I - Secretário de Governo como presidente, ou por seu representante legalmente constituído;

II - Comandante do Corpo de Bombeiros do Município de Ibiúna, como vice-presidente, ou por seu representante legalmente constituído;

III - representante da Secretaria de Governo; e



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

IV - representante da Secretaria de Segurança Urbana.

Art. 6º - O Conselho Gestor deliberará por meio de voto de seus membros, com registro em ata, facultado ao membro a justificativa de seu voto, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto, estando presentes a maioria absoluta de seus membros.

Art. 7º- A decisão para aplicação dos recursos do FAB, previstos no Orçamento ou em créditos adicionais, é da competência do Conselho Gestor, observadas as normas aplicáveis quanto à aquisição e alienação de bens públicos, contratação de compras e serviços e tudo o mais que for estabelecido para a despesa pública.

Art. 8º - O Presidente do Conselho Gestor ou seu representante legalmente constituído será o ordenador de despesas do fundo, cabendo à Secretaria de Finanças a execução dos procedimentos contábeis relativos a estes recursos.

Parágrafo único- A Secretaria de Finanças encaminhará, mensalmente, ao Conselho Gestor, o balancete financeiro de execução orçamentária e financeira objetivando otimizar o gerenciamento dos recursos disponíveis.

Art. 9º- Os bens adquiridos com recursos do FAB serão destinados à Unidade Operacional do Corpo de Bombeiros do Município e incorporados ao patrimônio público municipal.

Art. 10- O superávit financeiro do FAB, apurado ao final do exercício, será utilizado como fonte de recurso para custear as despesas do exercício seguinte do Fundo.

Art. 11 - Os membros do Conselho Gestor são responsáveis pela aplicação dos recursos do Fundo, cabendo-lhes avaliar as despesas realizadas, bem como a política de investimentos apresentada pelo Comandante do Corpo de Bombeiros do Município Ibiúna, com prévia anuência da Secretaria de Administração e Inovação.

Art. 12 - A conta bancária do FAB somente será movimentada mediante a respectiva liquidação e autorização do ordenador de despesa.

Art. 13 - O mandato dos membros do Conselho Gestor coincidirá com o do Prefeito Municipal, sendo suas funções exercidas gratuitamente, por serem consideradas como de prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo o local, o período e a forma de reunião do Conselho Gestor, a forma de admissão e substituição de seus membros, e normas peculiares de controle gerencial para avaliação dos resultados.

Art. 15 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento-programa do exercício de 2022, Lei Municipal nº 2.465/21, de 19/11/2021,



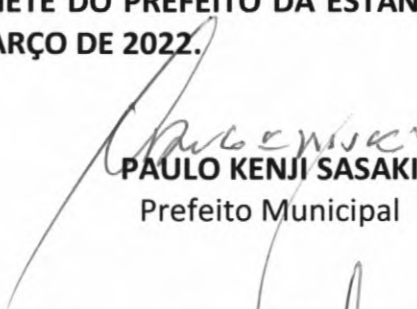
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

nos termos do inciso II do Art. 41 da Lei nº 4.320/64, crédito adicional especial no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando adequações orçamentárias para a execução das despesas desta Lei.

Art. 16 - O crédito aberto no art. 15 desta Lei será coberto com recurso de excesso de arrecadação proveniente das rubricas criadas por força desta Lei.

Art. 17- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS
11 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2022.**


PAULO KENJI SASAKI
Prefeito Municipal

Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal e afixado no local de costume em 11 de março de 2022.


WAGNER BOTELHO CORRALES
Secretário de Administração

